

A estratégia de desenvolvimento no Espírito Santo

O modelo de crescimento adotado no Espírito Santo desde 2003 se pautou, inicialmente, pela recuperação das instituições públicas locais. Além do resgate da ética na condução das ações públicas, o ajuste fiscal promovido em 2003 assegurou a eliminação de regimes tributários especiais e o equacionamento da dívida do Estado com a União pela antecipação das receitas de royalties. A recuperação fiscal pontual permitiu quitar as folhas de pagamento atrasadas e regularizar débitos com prestadores de serviços, empreiteiros e fornecedores. A arrecadação estadual cresceu, em termos reais, 10,3% em média anual, entre 2003 e 2007. O endividamento público (dívida corrente líquida) passou de 116% da receita corrente líquida em 2002 para 19% em 2007.

Passado o momento de ajuste, o esforço seguinte foi voltado à melhoria do ambiente de negócios no Estado. A promoção do investimento e da competitividade das empresas locais foi realizada pela via da transparência, da adequação da técnica tributária e da segurança jurídica. Com este propósito foram instituídos os programas Compet-ES e Invest-ES. Foram fortalecidas as agências regulatórias, com especial atenção à preservação e recuperação ambiental e à promoção da oferta energética.

Simultaneamente, a melhora dos fundamentos macroeconômicos do País e o maior crescimento da economia mundial, com destaque para as economias emergentes, viabilizaram uma nova onda de investimentos produtivos. No Estado, os setores que se destacaram foram celulose, extrativismo mineral e siderurgia. E também o petróleo passou a despontar como importante fonte de riqueza local. A recuperação de receitas fiscais, por sua vez, possibilitou o aumento dos investimentos públicos em infra-estrutura, que fizeram crescer a atratividade do Estado para novos negócios. A capacidade de investimentos com recursos próprios do governo do Estado saiu de 1%, em 2003, para 16% da receita líquida, em 2007. Como consequência, os investimentos anunciados cresceram, em média, 10,8% ao ano no biênio 2003 a 2004, e 16,4% no triênio 2005 a 2007; saíram de R\$ 20 bilhões em 2002 e alcançaram, em 2007, a cifra de R\$ 55 bilhões em projetos que se estenderão até 2012.

A onda de investimentos, que inicialmente concentrou-se em infra-estrutura energética e na indústria, passou para os setores de comércio, serviços e construção, estes últimos mais intensivos em trabalho. A complementaridade e a coordenação entre investimentos públicos e privados constituíram elemento fundamental para alavancar e potencializar a iniciativa privada e a geração de empregos.

Demonstrativo desta complementaridade é o Programa Estadual de Microcrédito, conhecido por NossoCrédito, que tem como objetivo o aumento da capacidade produtiva da economia e a dotação de capital social básico para a geração de empregos. Desde o início do programa, em 2003, quando foram realizadas apenas 53 operações no valor total de R\$ 133.537,49, até o ano de 2007 contabilizam-se 16.919 operações, totalizando R\$ 50.377.989,00 destinados à produção e ao comércio e serviços. Somente no ano de 2007 foram gerados 8.576 operações no valor de R\$ 26.028.355,94 e valor médio de R\$ 3.035,02.

Os investimentos gerados a partir da coordenação entre setor público e privado permitiram também a desconcentração espacial, contribuindo para uma melhor distribuição regional da renda e para a qualidade do desenvolvimento do Estado.

No período entre 2003 e 2007, a produção industrial cresceu 23,2%, e o varejo, 55,6%. As vendas de automóveis de passeio cresceram 119,5%, as de motos, 127,3%, e o consumo aparente de cimento, 39,5%. O crescimento da produção e do consumo e o conseqüente aumento de circulação de mercadorias implicam aumento da arrecadação fiscal. Esta, por sua vez, tem permitido aumento substancial dos investimentos públicos em programas sociais estaduais, com especial destaque para programas nas áreas de saúde (80,4%), educação (105,7%), segurança pública (27,44%) e assistência social (330,55%). O Estado somente avança com as despesas públicas na medida em que encontra espaço no aumento das receitas. Assim, a própria contratação de despesas torna-se sustentável ao longo do tempo, viabilizando um ciclo virtuoso de crescimento econômico, aumento de capacidade fiscal, aumento de investimentos, ampliação de programas sociais, melhor distribuição de renda, criação de novas pré-condições



Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Diretora-presidente do Instituto
Jones dos Santos Neves

ao aumento do crescimento econômico, e assim sucessivamente.

O melhor subproduto desse arranjo foi o mercado de trabalho. De forma direta, os projetos de instalação e expansão industrial ativaram a geração de empregos formais no Estado. De forma indireta, a renda gerada na economia dinamizou as atividades ligadas ao varejo, à construção habitacional e comercial e à prestação de serviços. Segundo a PNAD, entre 2003 e 2007 foram gerados 160 mil empregos formais no Estado, o que corresponde a 102% do total de novos postos de trabalho ocupados no período. Como resultado, o percentual de pessoas que contribuíam para algum tipo de previdência passou, no Espírito Santo, de 43%, em 2003, para 53%, em 2007. O aumento da formalização afeta a produtividade do trabalho, haja vista que aumenta o grau de satisfação do empregado e o leva a um maior comprometimento com as metas da empresa.

Acompanhadas pela melhoria dos instrumentos de gestão, as políticas públicas estaduais vêm sendo fundamentais para o acesso a bens e serviços públicos de melhor qualidade e que trazem, por consequência, redução das desigualdades e a inclusão social.

A conjunção desses fatores fez com que o

ES alcançasse taxas de crescimento real do PIB acima da média nacional, de 4,5% ao ano entre 2004 e 2007. A projeção de crescimento para o Espírito Santo no mesmo período encontrase em 6% ao ano. O PIB *per capita* passou do oitavo lugar no ranking nacional em 2002 para o quinto lugar em 2005. Desde 2003, a renda domiciliar *per capita* real medida pela PNAD tem crescido em média 6% ao ano; simultaneamente, o índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda da economia, apresentou declínio de 5,5%.

A conjugação de crescimento da renda com redução das desigualdades reduziu em importante redução da taxa de pobreza, de 25,2%, em 2003, para 13,3%, em 2007, com queda de 47,3%. O declínio médio observado no País foi de 30,7%. Com esses consecutivos resultados positivos, o Estado saiu da nona posição do ranking nacional de pobreza para a terceira posição, atrás apenas de Santa Catarina (71%) e São Paulo (12,7%). Também a taxa de extrema pobreza ou indigência sofreu redução: passou de 7,8% para 3,5%, registrando declínio de 54,5% entre 2003 e 2007.

Como resultado, em cinco anos, 683 mil pessoas saíram da pobreza. E o caminho percorrido, pelo que indicam os dados da PNAD, foi a ascensão social rumo à classe média, para onde se moveram 571 mil capixabas, ou 20% da população, o que corresponde a crescimento acumulado de 49%. Embora também positivas, as variações no Brasil e na média da Região Sudeste foram menores: 35% e 27%, respectivamente.

A evolução das estatísticas ratifica os ganhos em qualidade de vida para a população do Espírito Santo. Aumento da escolaridade e expectativa de vida ao nascer, melhorou a qualidade dos domicílios, diminuiu o número médio de pessoas por família, aumentou o acesso a bens de consumo, entre os quais se destaca o acesso a computador e internet. Com efeito, o desempenho dos indicadores econômicos e sociais do Espírito Santo, acima da média do País, reflete a estratégia de desenvolvimento econômico construída coletivamente por sua sociedade. É um patrimônio dos capixabas que começa a repercutir pelo Brasil e que precisa ser cuidadosamente preservado para as próximas gerações.